

**Espaços (inter)disciplinares: Alimentação/
Nutrição/Saúde/Saúde Coletiva**(Inter)disciplinary spaces: Food/Nutrition/
Health/Public Health**Everardo Duarte Nunes¹*****Food is one of the “ties” in the intricate tissue
of history.***Forster & Ranum¹***Food not only nourishes but also signifies.***Fischler²

Maria Lúcia Bosi e Shirley Prado apresentam um texto instigante e necessário, pelos dilemas que levanta em face da questão de situar a Alimentação/Nutrição no vasto campo do conhecimento e da ciência, especialmente porque remete a relações que são caras à epistemologia e à história da ciência, tais como individual/coletivo, natural/social/cultural, objetividade/subjetividade, estrutural/relacional, estrutura/campo. Em realidade, estas relações estão presentes, há algum tempo, nos estudos sobre a Alimentação/Nutrição. Ao mesmo tempo, as autoras refletem sobre a questão, analisando um campo já constituído em sua especificidade, mas também como um campo que se projeta em várias direções, notadamente a da Saúde Coletiva, buscando um outro espaço e uma outra identidade.

Ao iniciar estes comentários, lembro-me de Fischler², sociólogo da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Paris, que, ao analisar a relação do alimento na criação e sustentação da identidade individual e coletiva, oferece alguns argumentos centrais para estes comentários. Ele aponta que as relações humanas com o alimento têm um caráter multidimensional, mas que enquanto ***as ciências sociais, após negligencirem a área por um longo período, estavam descobrindo o alimento e a alimentação como um campo de pesquisa e reclamaram a sua posse em nome do relativismo cultural, pesquisadores em psicologia experimental, fisiologia, antropologia física e nutrição estavam ocupados em analisar o relacionamento humano e alimento em termos de comportamento, regulação metabólica e exigências nutricionais***². Este enunciado situa uma primeira questão, o paulatino interesse da sociologia para entender e explicar, pelo funcionalismo, estruturalismo ou construtivismo, os mais diversos aspectos da alimentação. Lépine³ aponta que foi ***somente na década de 1970 que a alimentação começou a desper-***

tar o interesse da antropologia médica, da etnomedicina, da antropologia da saúde e da doença, e que nasceu uma antropologia da alimentação, citando o pioneirismo de Lévi-Strauss e Gilberto Freyre. É interessante que, em relação aos campos de conhecimento, há dentro da antropologia duas áreas: antropologia da nutrição e antropologia da alimentação; a primeira, de forma geral, tem como foco as implicações da ingestão alimentar, alimento como portador de nutrientes, ***status*** nutricional etc., em que as teorias e os métodos procedem da biologia e das ciências sociais; a segunda tem como alvo o significado social e cultural do alimento e do comer⁴.

Assim, de uma forma bastante genérica, pode-se dizer que da formulação básica de Lévi-Strauss⁵ – a alimentação como uma linguagem e seu triângulo culinário (cru-cozido-podre) – a Jean-Pierre Poulain com o espaço social alimentar, verifica-se a ampliação crescente dos trabalhos que centralizam os enfoques sociais e culturais (para uma revisão que enfatiza o debate teórico, ver Mintz e Du Bois⁶, e para uma revisão detalhada sobre a antropologia nutricional, ver Roos⁴).

Como escrevem Poulain e Proença⁷, ***Pensar a alimentação a partir das Ciências Sociais supõe a superação de certos obstáculos epistemológicos que fundamentam as posições teóricas das origens dessa disciplina: o positivismo e a autonomia do social***. Esses autores assumem que o espaço social alimentar deve ser visto como “um objeto social total”, no sentido dado por Marcel Mauss. Assim, o conceito de espaço social designa o espaço de liberdade (dos “comedores” humanos) e a zona de imbricação entre os condicionantes fisiológicos-culturais-ecológicos. A análise da questão das dimensões sociais (que podem se referir, conforme Poulain e Proença, à ordem do comestível, ao sistema alimentar, ao espaço culinário, ao espaço dos hábitos de consumo alimentar, à temporalidade alimentar) conduz à percepção de que na Alimentação/Nutrição a interdisciplinaridade tem caminhado no sentido de análises integrativas e não somente complementares e de inter-relações entre os campos de conhecimento. Retoma-se, na minha opinião, o que a escola dos *Annales* propunha quando dizia: ***A alimentação pode servir como um indicador de fenômenos sociais mais amplos (não apenas que os hábitos ali-***

¹ Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. evernunes@uol.com.br

mentares refletem outras situações ou padrões de comportamento em uma dada sociedade)¹.

Da mesma forma, nesta perspectiva (integrativa) deve-se pensar a Alimentação/Nutrição epidemiologicamente, sem reduzi-la a relações de variáveis sociodemográfico-econômicas, procurando, como Lévi-Strauss, articular categorias (no seu caso, natureza e cultura) que possam ampliar os estudos, por exemplo, sobre riscos por problemas nutricionais, ou a interação entre a deficiência de micronutrientes e fatores socioeconômicos e culturais e outras relações.

Sem dúvida, a Alimentação/Nutrição presta-se totalmente para o estabelecimento de pontes entre os mais diversos conhecimentos; as autoras do artigo situam com propriedade esta questão e não há discordância com este ponto, e ao retomá-lo aqui, ilustramos ser uma reflexão presente, inicialmente, nas ciências sociais e humanas e na epidemiologia, que se estendeu às ciências políticas, mas atravessada por sérias tensões. Veja-se, por exemplo, o caso dos Estados Unidos, que durante a Segunda Guerra criou dois comitês, o *Committee on Food and Nutrition* (mais tarde *Food and Nutrition Board*) e o *Committee on Food Habits*. Segundo Wilson⁸, ambos tinham a mesma importância, mas com objetivos distintos: **um tratando com o lado bioquímico e fisiológico da nutrição, o outro com o padrão psicológico e cultural**. Guthe⁹ relata a história do *Committee on Food Habits*, que começou seus trabalhos em janeiro de 1941. Durante a reorganização do comitê em 1942, foram formados dois grupos: o não governamental e o que tinha relações com o governo federal. A importância dada a este trabalho do governo pode ser vista ao terem sido chamados para fazer parte do primeiro grupo destacados cientistas sociais, como os antropólogos Ruth Benedict (1887-1948) e Allison Davis (1902-1983), o sociólogo e antropólogo William Lloyd Warner (1898-1970), a nutricionista Helen S. Mitchell (1895-1984) e o psicólogo e educador George D. Stoddart (1897-1981). Destaque-se que a secretaria executiva (em Washington) foi exercida por Margaret Mead (1901-1978). Dois pontos ficam claros na proposta do programa: o primeiro seria o de **alcançar um adequado nível nacional nutricional assegurando informação científica sobre o que são dietas apropriadas, o segundo exige igualmente uma abordagem científica, a de encontrar os caminhos e meios mais efetivos de ajustar os hábitos às necessidades, levando as pessoas a desejarem o que necessitam⁹**. Mead¹⁰ avançou o programa em direção a uma série de pesquisas, inclusive de cunho qualitativo

e utilização de fontes secundárias; data dessa época o trabalho feito pela antropóloga sobre o problema de mudar hábitos alimentares.

Como pode ser visto, até oficialmente criam-se mundos separados. Hoje, como já dito, criam-se pontes, mas transpor as barreiras entre as ciências naturais e as sociais tem sido tarefa contínua dos estudiosos, docentes e gestores nesse campo. Mesmo o amplo conhecimento acumulado não foi suficiente para ultrapassar as barreiras, buscando o que as autoras do artigo denominam “mútua fertilização”. Certamente, sempre existirá a possibilidade de novas descobertas, especialmente na interface do conhecimento. Para Fischler², ainda há muitas perguntas, que ele chama de *naïve* (mas, necessárias, eu diria), ainda não respondidas: como interagem os organismos, as representações, os indivíduos biológicos, a cultura entre si e com o ambiente? Como as normas e as representações socialmente construídas tornam-se internalizadas ou, de outra forma, são inscritas no paladar e metabolismo? Têm essas normas e representações um lado biológico? Como interagem com o ambiente em que os indivíduos vivem as suas experiências? Como reproduzem e/ou modificam as normas e representações? Enfim, como são constituídas?

Em resumo, existem um objeto e um método para estudá-lo e assim pode-se construir o que chamo “campo disciplinar” Alimentação/Nutrição e Saúde (Coletiva), e que Poulain e Proença⁷ denominam de “espaço social alimentar”.

Como visto, faz parte da história da alimentação/nutrição/saúde a tensão entre diferentes campos disciplinares, o que não tem impedido as aproximações. Nesse sentido, a Saúde Coletiva é porta aberta para os estudos nutricionais (enfoque epidemiológico) e alimentares (enfoque das ciências humanas e sociais), porém já existe suficiente arcabouço teórico e metodológico nas ciências da nutrição para a sua autonomia institucional, o que se comprova pelas publicações científicas, cursos de graduação, especialização e pós-graduação, revistas especializadas, associações de classe, congressos. Constata-se entre nós que a Saúde Coletiva tem incorporado a temática, sendo que 32% dos profissionais da nutrição estão em Nutrição Coletiva, logo abaixo da Nutrição Clínica, com 41,7%, num total de 41.228 profissionais – existindo nessa data 309 cursos superiores de Nutrição¹¹. Os números evidenciam o crescimento de uma área com história relativamente recente; suas origens no Brasil datam da década de 1930 do século XX, sendo que o primeiro curso é de 1939, mas que se firmou e se diferenciou ao longo dessas décadas.

Sem descartar as inúmeras possibilidades de aproximações e interações, como foi mostrado nestes comentários, acredito que o campo disciplinar tem a sua autonomia garantida, embora do ponto de vista institucional verifique-se que no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a Saúde Coletiva e a Nutrição participam de um mesmo comitê. A sugestão é que deveriam existir comitês separados. Em um trabalho que sintetiza muitas de suas ideias – os usos sociais da ciência –, Bourdieu¹² lembra-nos que **Quanto mais um campo é heterônimo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas. Ao contrário, quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção puramente social (argumento de autoridade, sanções de carreira, etc.) e as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas, e reciprocamente: para se fazer valer aí, é preciso fazer valer razões; para aí triunfar, é preciso fazer triunfar argumentos, demonstrações refutações.**

Referências

1. Forster R, Ranum O. *Food and drink history: selections from the Annales Economies, Sociétés, Civilizations*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press; 1979.
2. Fischler C. Food, self and identity. *Social Science Information* 1988; 27(2):275-292.
3. Lépine C. Cozinha e dieta alimentar na obra de Gilberto Freyre. In: Kosminsky EW, Lépine C, Peixoto FA, organizadores. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. São Paulo: Fapesp/Editora Unesp/Edusc; 2003. p. 287-302.
4. Roos G. Nutrition and health. In: Ember CR, Ember M. *Encyclopedia of medical anthropology: health and illness in world's cultures*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers; 2004. p. 178-183.
5. Lévi-Strauss C. O triângulo culinário. In: Cordier S, organizador. *Lévi-Strauss*. São Paulo: [s.n.]; 1968.
6. Mintz SW, Du Bois CM. The anthropology of food and eating. *Annual Review of Anthropology* 2002; 31:99-119.
7. Poulain JP, Proença RPC. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. *Rev Nutr* 2003; 16(3):245-256.
8. Wilson ML. Preface. *Bulletin of the National Research Council* 1943; 108 [acessado 2010 jul 19]. Disponível em: http://books.nap.edu/openbook.php?record_id=9566&page=1
9. Guthe CE. The history of Committee on Food Habits. *Bulletin of the National Research Council* 1943; 108 [acessado 2010 jul 19]. Disponível em: http://books.nap.edu/openbook.php?record_id=9566&page=1
10. Mead M. The problem of changing food habits. *Bulletin of the National Research Council* 1943; 108 [acessado 2010 jul 19]. Disponível em: http://books.nap.edu/openbook.php?record_id=9566&page=1
11. Conselho Federal de Nutricionistas. [acessado 2010 jul 19]. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/novosite/conteudo.aspx?IdMenu=96>
12. Bourdieu P. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Editora Unesp; 2004.

Não nos esqueçamos do que é singular e contingente...

Let us not forget what is singular and contingent...

Kenneth Rochel de Camargo Jr.²

O texto de Bosi e Prado traz uma bem-vinda discussão sobre a constituição de dois relevantes campos científicos no Brasil, Saúde Coletiva (SC) e Alimentação e Nutrição (AN). É sempre oportuno que pesquisadores reflitam sobre as condições de produção do conhecimento, e neste tema particular poucos estarão tão bem situados como as duas autoras citadas.

Mesmo reconhecendo a relevância do artigo, há contudo alguns pontos que demandam maior discussão, como aliás é a proposta deste debate. Faço uma ressalva inicial sobre meu conhecimento limitado sobre a área de Alimentação e Nutrição, o que me leva a adotar um ponto de vista e exemplos predominantemente ligados à Saúde Coletiva.

Uma primeira divergência que traria seria com relação ao recurso à perspectiva kuhniiana ao longo do texto. Tratando-se de áreas interdisciplinares, tem-se necessariamente a vigência de múltiplos paradigmas em seu interior; mais que isso, mesmo aceitando-se a divisão tradicional da SC em três subáreas (epidemiologia, ciências sociais e humanas em saúde e planejamento), a presença de múltiplos paradigmas é também característico delas, com a possível exceção da epidemiologia. Com relação à AN talvez seja possível constatar a mesma variabilidade, exceto naquilo que mais se aproxima do modelo biomédico. Por conta des-

² Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. kenneth@uerj.br

tas características, não me parece que seja possível invocar uma explicação sobre a constituição dos dois campos a partir de entrenchamentos paradigmáticos, uma vez que ambos os campos e suas respectivas subdivisões estão atravessados por múltiplas vertentes eventualmente mais conflitantes internamente do que no diálogo com outras disciplinas dos respectivos campos. Isto significa que dificilmente questões propriamente epistemológico-metodológicas, que seriam centrais numa perspectiva paradigmática, poderiam explicar ou compreender os complexos arranjos designados tanto pela SC quanto pela AN. Assim, parece-me que para a discussão proposta há pouco valor heurístico a ser ganho com o recurso ao conceito de paradigma.

Antes de propor uma alternativa teórica, gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos que poderiam ser mais bem explorados na discussão proposta. Em primeiro lugar, é importante que consideremos o papel fundamental desempenhado por agentes que poderíamos chamar de “externos” a ambos os campos, as agências de fomento à pesquisa e formação pós-graduada no país (especialmente CNPq, Capes e FAPs estaduais). A quase totalidade do financiamento para a pesquisa e formação pós-graduada em ambos os campos estudados provém do setor público (certamente na SC; o campo da AN tem uma vertente profissional-industrial que talvez tenha uma dinâmica um pouco diferente), o que significa que o Estado acaba desempenhando um papel fundamental na legitimação e institucionalização e campos científicos em nosso país (veja-se, por exemplo, a famosa taxonomia do CNPq, ou os arranjos de comitês assessores e áreas da Capes). Na vertente política, as lutas político-partidárias em torno do Sistema Único de Saúde (SUS) e de sua implementação também têm tido importantes rebatimentos (só como exemplo, veja-se a discussão sobre organizações sociais, que não surgiu do interior do campo mas motivou acalorados debates, ainda em curso). Isto limita o poder explicativo de análises internas aos campos para dar conta de sua organização e trajetória.

Outro aspecto importante a ser considerado, em linha com a ênfase que as autoras dão a uma perspectiva ética como estruturante de ambos os campos, é a contextualização histórica. Ao menos no caso da Saúde Coletiva, sua constituição ocorre num contexto de repressão política e articulação da luta pela redemocratização do país, no qual o movimento da reforma sanitária (MRS) assumiu posição estratégica nessa mobilização. O MRS, bem como o desenho e

desenvolvimento do SUS, teve um papel aglutinador para o desenho do campo da SC, ajudando a entender a busca deliberada de ruptura com o “passado”, tal como representado pela Saúde Pública tradicional.

Por fim, e em razão deste último aspecto, há as questões de contingência e singularidade. Eventos-chave por vezes decorrem de conjunções improváveis, quando um agente específico opera importantes deslocamentos, tomando de empréstimo algo da terminologia latouriana – por exemplo, é inegável a relevância da participação de uma importante intelectual do campo da SC, a professora Maria Andrea Loyolla, à frente da Capes quando se estabeleceu a sua autonomia como campo específico. Do ponto de vista da AN, creio ser igualmente relevante que o primeiro curso de formação de profissionais da área tenha surgido exatamente numa das mais antigas e relevantes escolas de Saúde Pública do país, a Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP)¹.

Como colaboração para possíveis desenvolvimentos futuros deste trabalho, gostaria de sugerir algumas alternativas teórico-metodológicas para a exploração das questões que apontei anteriormente. Em primeiro lugar, no âmbito da filosofia da ciência, há autores que têm enfatizado as limitações das grandes narrativas para dar conta de um conjunto tão variado e diverso como aquilo que abrangemos pela rubrica “ciência”. Entre estes, destacaria o trabalho de Arthur Fine, que propõe como estratégia de pesquisa o que denomina “atitude ontológica natural” (NOA, no original), por ele descrita da seguinte forma:

1. Colocar entre parênteses a verdade como um conceito explanatório.

2. Reconhecer a abertura da ciência em todos os níveis, especialmente nas atividades pervasivas de escolha e julgamento.

3. Concentrar nas práticas locais sem nenhum pressuposto sobre como elas se ajustam globalmente, ou mesmo se elas de fato se ajustam.

4. Lembrar que a ciência é uma atividade humana, logo seu entendimento envolve quadros referenciais e modalidades para a ação social.

5. Finalmente, baseado em todos os itens acima, tentar entender os fenômenos de formação e dissolução de opinião na ciência em toda sua particularidade².

Chamo a atenção para os itens 3 e 4, que me parecem particularmente relevantes para a discussão proposta. A ênfase na prática e na contingência remete a uma segunda autora relevante, Karin Knorr-Cetina, que descreve os cientistas

como *socially situated reasoners* (algo como “raciocinadores socialmente situados”)³, isto é, operadores racionais que integram várias avaliações de várias ordens (políticas, econômicas, epistemológicas, institucionais) na sua tomada de decisão. Nesta perspectiva, seria importante contemplar esta multiplicidade de determinantes que leva, por exemplo, um *expert* de uma determinada área a migrar para a Saúde Coletiva num determinado momento de sua carreira, ou o que leva outro a optar por uma determinada linha de pesquisa, isto é, como percebem “oportunidades” e tomam decisões nestes contextos. Estas micro-operações certamente se refletirão nos arranjos institucionais e nas práticas de pesquisa.

A mesma autora propôs ainda um segundo conceito que me parece fundamental: o de arena transepistêmica⁴. Tais arenas abrangem cientistas e não cientistas e, portanto, argumentos e “coisas” que podem ser “científicas” ou não; ou seja, o resultado final da produção científica será fortemente dependente de contextos e das decisões de diversos agentes, nem todos necessariamente parte do que se chamaria de “comunidade científica”. Este ângulo é ainda mais relevante ao abordarmos campos em que a multidisciplinaridade e a coexistência de diferentes práticas, não apenas de pesquisa e formação profissional, mas também de intervenção e ação política (em seu sentido estrito), são componentes estruturais.

Nesta perspectiva, pode-se até mesmo questionar se de fato a SC ou a AN constituiriam campos organicamente coesos, o que seria ainda menos aplicável à sua área de interseção. Mas não resta a menor dúvida de que importantes (e estáveis) arenas transepistêmicas se formaram em seu interior, e também na sua interface.

Referências

1. Gil MF. Recursos humanos em nutrição no Brasil: nutricionistas. *Cad Saude Publica* 1986; 2(4):561-569.
2. Fine A. Science made up: constructivist sociology of scientific knowledge. In: Gallison P, Stump DJ. *The disunity of science*. Stanford: Stanford University Press; 1996.
3. Knorr-Cetina K. *The manufacture of knowledge*. Oxford: Pergamon Press; 1981.
4. Knorr-Cetina K. Scientific communities or transepistemic arenas of research? A critique of quasi-economical models of science. *Social Studies of Science* 1982; 12(1):101-130.

Em defesa do pluralismo epistemológico

In defense of the epistemological pluralism

*Ruben Araujo de Mattos*³

O texto de Bosi e Prado nos oferece uma instigante análise sobre o processo de constituição da área da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva a partir da reflexão sobre os dois campos originários, de cuja interseção emerge. O texto nos oferece um panorama dos desafios e das perspectivas daquela área de interseção, pensados a partir da análise dos objetos que nela vêm se constituindo. Faço aqui um contraponto às autoras, a partir da minha inserção acadêmica área de Saúde Coletiva e da minha aproximação recente da área de Alimentação e Nutrição.

A Saúde Coletiva pode ser vista como um campo científico, que se constituiu e se consolidou nas últimas quatro décadas. Tomado na sua configuração atual, facilmente podemos observar a dinâmica concorrencial entre as instituições que atuam no campo, da qual nos falava Bourdieu, e que se expressa de modo crucial na luta por estabelecer os critérios que permitem a hierarquização destas instituições no campo, e seu consequente acesso a um conjunto de recursos. Luta que, no caso da Saúde Coletiva, vem se dando no período recente não apenas entre instituições, mas também entre as diferentes dinâmicas de produção do conhecimento entre as três áreas que constituem o campo. A análise desta dinâmica concorrencial talvez nos permitisse apreender as tensões que atravessam tanto o campo da Saúde Coletiva como a área de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva.

Mas antes de explorar estas questões, cabe destacar que esta dinâmica concorrencial não se apresentava de forma clara nos primeiros tempos da Saúde Coletiva. Ao contrário, naquela época parecia existir uma cooperação bem mais intensa, tanto entre as instituições quanto entre os embriões do que posteriormente viriam a se tornar aquelas três áreas. Antes de se constituir como um campo científico específico, a nascente Saúde Coletiva empreendeu um esforço teórico de distinguir-se da velha Saúde Pública. Birman¹,

³ Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ruben@ims.uerj.br

por exemplo, diz que a Saúde Coletiva pretendeu desde sua origem ser um discurso crítico sistemático do universalismo naturalista do saber médico, que orientou a construção da Saúde Pública no início do século passado.

De modo coerente com esta ideia, em contraponto com a imagem de um conhecimento universal regido por um só modo de pensar e fazer a ciência, a Saúde Coletiva nascerá eclética e heterodoxa, admitindo e incentivando múltiplas leituras da saúde, aberta a diferentes construções de objetos de estudo. Daí seu caráter multidisciplinar. Caráter que era reforçado pelo fato da inexistência na maioria dos programas de pós-graduação da área de qualquer forma de especialização, de modo que os pesquisadores entravam em contato ao longo de sua formação com um amplo elenco de abordagens teóricas e metodológicas. Por exemplo, Levcovitz *et al.*², analisando a produção sobre políticas de saúde na década de 70, destacam que na matriz de toda a discussão coexistiam autores como Marx, Poulantzas, Gramsci e Polack, ao lado de Canguilhem, Foucault, Bourdieu e Rosen. A unidade e a coerência não eram dadas por um único paradigma, mas sim pelo esforço de se produzir uma aguda crítica às instituições e práticas de saúde, desenvolvidas no estado capitalista.

Aliás, este era um ponto marcante da Saúde Coletiva em sua origem: ela nasceu profundamente compromissada com a perspectiva de transformação, quer fosse das práticas e instituições de saúde, quer fosse do arranjo do sistema de saúde, quer fosse da própria sociedade e do próprio Estado. Não havia muito espaço para uma aceção neutra da ciência. Ela nasceu como um campo de produção de conhecimento implicado nas lutas do movimento da reforma sanitária. Isto se aplicava mesmo à epidemiologia; na época, entre nós, se queria uma epidemiologia social, voltada para identificar os determinantes sociais da doença, denunciar as mazelas da exploração no contexto do capitalismo, e aspirava-se com este conhecimento oferecer subsídios para os que lutavam pela sua transformação. Em síntese, poderíamos dizer que a questão da determinação social da doença, e a análise das instituições e práticas de saúde, vistas como *constructo* social, foram as questões ordenadoras da estruturação do campo. Ambas se articulavam diretamente com a perspectiva de luta política da reforma sanitária sonhada.

Quanto à trajetória de cada uma das áreas no interior da Saúde Coletiva, é possível dizer que, sem o aporte das ciências sociais e huma-

nas, a Saúde Coletiva não teria surgido. Quer as abordagens marxistas, quer as contribuições do pensamento filosófico francês, quer os aportes da antropologia e da sociologia, não teria sido possível constituir um campo diferenciável da Saúde Pública. Este arranjo é tão central como peculiar, pois não encontramos tal estruturação do campo em outros países. Entretanto, a centralidade das ciências humanas e sociais na constituição do campo não gerou de imediato uma área com o nome dessas ciências, mas sim uma área que em algumas instituições recebeu o nome de seus objetos privilegiados: as políticas e as instituições de saúde. Talvez pela influência de Foucault, de imediato este objeto foi ampliado para incluir os estudos sobre saberes e práticas. Mas na medida em que o movimento sanitário foi logrando ocupar espaço nas instituições governamentais, e pôde por em marcha o projeto de mudança no então sistema de saúde, o tema da políticas foi se aproximando do debate sobre planejamento, e o tema da gestão entrou para a agenda do campo. Por sua vez, um contingente de cientistas sociais sem formação prévia em Saúde Coletiva chegou para o campo, constituindo a agenda a pesquisa da área de Ciências Humanas e Sociais, quer pela renovação de antigos temas, quer pela ampliação do elenco de questões em análise. Entre as transformações mais marcantes nesta área, pode-se destacar a substituição da ideia de determinação social da doença pela tese da construção social da doença, o crescimento e a proliferação de abordagens não marxistas, a ampliação da diversidade de abordagens teórico-metodológicas, e a consolidação de um padrão de produção acadêmica que tem no livro um veículo privilegiado.

Já a epidemiologia sofreu mudanças mais acentuadas, que se deram a partir de um amplo contingente de quadros que fizeram sua formação pós-graduada no eixo da epidemiologia internacional. Os efeitos desta formação foram muito intensos. O primeiro deles foi o colapso da velha epidemiologia social de base marxista, extinta pela constatação das suas inúmeras dificuldades de dar consistência metodológica aos seus estudos. A pesquisa em epidemiologia no Brasil avança enormemente, em consonância com o aprimoramento no manuseio e no uso das técnicas de pesquisa. Embora muitos pesquisadores brasileiros sigam levando em conta as questões relevantes para as políticas de saúde no Brasil na hora de definir seus objetos de investigação, a epidemiologia passa, agora sim, a assumir uma perspectiva de ciência mais neutra,

com aspirações à universalidade, e pensada em uma dimensão de escala mundial.

Este movimento diferencial das áreas produzirá crescentes tensões no campo da Saúde Coletiva. Com efeito, nele convivem pesquisadores que trabalham com uma visão tradicional da ciência, buscando produzir um conhecimento neutro, objetivo (visto como o que corresponde à realidade), para uma comunidade de pares no cenário internacional, com outros pesquisadores que se engajam em investigações implicadas, produzindo um conhecimento intencionalmente não neutro, que não aspiram a qualquer conhecimento de alcance universal, que se pautam pela objetividade vista não como correspondência à realidade, mas sim como o exame sistemático que permita reconhecer e explicitar os pressupostos, os preconceitos, os valores e os interesses que subjazem à investigação científica que empreendem³, e que produzem conhecimento voltado para os atores sociais que de certa forma lutam pelos mesmos valores que orientam a pesquisa. O convívio destes diferentes regimes de produção, quando acompanhados da disputa em torno do monopólio da autoridade científica, tende a produzir fraturas de grande gravidade no campo.

Compreendendo estas tensões, a riqueza do campo da Saúde Coletiva reside exatamente na sua negação da existência de um só jeito de se produzir o conhecimento científico, ou seja, na sua afirmação do pluralismo das epistemologias e das formas de se pensar e fazer a ciência, do qual resulta um pluralismo de abordagens teóricas e metodológicas, enriquecendo as possibilidades de construção de diferentes objetos de pesquisa. E como toda epistemologia é política, tal pluralismo constitui uma proposta implicada de construção do conhecimento.

Diante disso, e sem discordar da riquíssima análise dos objetos e questões de estudo feita por Bosi e Prado, acrescentaria que a área de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva contém em seu interior os mesmos elementos das tensões que vêm se produzindo na área de Saúde Coletiva. Contudo, se ela mantiver de modo radical o pluralismo epistemológico da Saúde Coletiva, se sustentar as práticas de diálogo entre as diferentes vertentes teórico-metodológicas no seu interior (o que já vem fazendo) e se assumir a perspectiva de produção implicada (o que também pode encontrar na área vários exemplos), poderá contribuir muito para a construção de uma vida digna para nosso povo. Pois qual seria a contribuição de uma ciência se não esta?

Referências

1. Birman J. A *physis* da Saúde Coletiva. *Physis* 1991; 1(1):7-11.
2. Levcovitz E, Baptista TWF, Uchôa SAC, Nespoli G, Mariani M. Saberes e política: a contribuição do campo da Saúde Coletiva na organização da política de saúde brasileira. Rio de Janeiro: IMS-Uerj; 2000. (Série Estudos em Saúde Coletiva).
3. Santos BS. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez; 2000.

Campo fértil para Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva

A fertile field for Food and Nutrition in Public Health

*Eduardo Faerstein*⁴

Neste debate sobre o instigante texto de Bosi e Prado¹, meus comentários pretendem contribuir para a continuidade das investigações pretendidas pelas autoras sobre o campo disciplinar Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil.

Acredito que as investigações de natureza histórica e epistemológica que abordem o percurso e os contornos (tanto os existentes como os desejáveis) desse campo de conhecimento assumiriam maior concretude e abrangência se incluíssem mais intensamente dois conjuntos de subsídios que descrevo a seguir.

Em primeiro lugar, seria benéfica uma maior explicitação das conexões que se fazem necessárias entre, por um lado, os contornos desejáveis do campo e, por outro, os problemas concretos da saúde populacional associados a aspectos da Alimentação e da Nutrição, que carecem de melhor compreensão e enfrentamento. A explicitação dessas conexões, idealmente, deve estar em sintonia com a complexidade dos problemas a compreender e enfrentar, e com as mutações e tendências neles detectadas. Cabe, igualmente, integrar-se ao debate acadêmico e político a respeito dos problemas identificados, no Brasil e em nível internacional. Em segundo lugar, para que se possa visualizar de modo mais preciso

⁴ Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Departamento de Epidemiologia, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. efaerstein@gmail.com

esses percursos e contornos em nosso meio, seria útil considerar um conjunto amplo de evidências empíricas, adiante sugeridas.

Sobre o primeiro conjunto – as conexões necessárias com problemas substantivos –, sirvo-me aqui de exemplo propício a esse esforço: a crescente prevalência da obesidade, cujas consequências clínicas, assim se especula, ameaçam reverter, em parcela crescente das populações humanas, a tendência ao aumento gradual da duração média da vida, conquistado ao longo de vários séculos.

Esse problema prioritário tem sido intensamente pesquisado. Entretanto, persistem lacunas importantes de conhecimento acerca do papel de vários determinantes proximais e distais em sua rede causal complexa. Por exemplo, há controvérsias sobre a contribuição relativa de mudanças ocorridas, respectivamente, nos padrões de consumo e de gasto energético das populações². Discute-se ainda o efeito obesogênico das diversas fontes de calorias (e.g. gorduras vs. carboidratos)³. Assiste-se também a um debate sobre efeitos especificamente resultantes do processamento dos alimentos⁴. Não menos importante, há hipóteses mecanísticas promissoras envolvendo a possível influência desempenhada pela composição da microbiota intestinal na captação calórica⁵, que começaram a ser testadas em anos recentes, a partir dos avanços havidos nas técnicas metagenômicas (essas técnicas dispensam cultivo celular e vêm proporcionando conhecimento crescente sobre as “comunidades microbianas” que povoam nossas superfícies e cavidades corporais – em número dez vezes superior ao de nossas próprias células! – e se hipotetiza que possam desempenhar papéis cruciais em nosso metabolismo e saúde⁶). Foram desenvolvidas análises inovadoras sobre a estrutura e o funcionamento de redes sociais na “transmissão” da obesidade⁷. Outras investigações, de cunho macroestrutural, detalharam a origem e a consolidação de processos e cadeias produtivas que vêm transformando a cultura alimentar de massa em escala planetária⁸. Ganharam também espaço e força as variadas vertentes de *food politics/movements*, que incluem a crítica de Michael Pollan ao “nutricionismo” – diz ele: “Coma comida. Não muito. Principalmente plantas”^{9,10}.

O exemplo da obesidade poderia ser aplicado, sem maiores dificuldades, a outros problemas da saúde populacional que envolvem a alimentação e a nutrição, como as síndromes carenciais e os transtornos alimentares. Para compreender melhor e atuar de modo mais efetivo

em relação a esses problemas, há a necessidade de conhecimento relevante que se origine tanto das ciências biomédicas como das ciências sociais. São especialmente relevantes as inter-relações entre fatores biológicos, comportamentais e macroestruturais nessas redes causais. Pesquisadores, ao formular e testar hipóteses, tendem a se concentrar em determinados segmentos das redes causais, seja nos mais proximais (em geral, com maior peso de fatores biológicos), seja naqueles mais distais (em geral, com maior ênfase em determinantes sociais), em relação aos desfechos de interesse. Inclinações pessoais, oportunidades, formação prévia e fatores institucionais poderão determinar escolhas sobre o foco de pesquisadores e grupos de pesquisa. Será benéfico para todos que se explore maior porosidade e interação entre grupos que adotam ênfases diversas – e dedicar menos tempo e atenção a tarefas de demarcação de territórios.

Comento a seguir a possibilidade de que diagnósticos mais abrangentes possam contribuir para melhor compreender os atuais contornos desse campo de conhecimento. Minha sugestão é que, futuramente, a contribuição que as autoras ora nos apresentam em perspectiva ensaística fosse complementada e enriquecida por evidências empíricas, disponíveis em natureza e fontes diversificadas.

A propósito, uma das autoras (SD Prado) do texto em debate¹ já se empenhou nessa direção, ao liderar publicação recente neste mesmo periódico¹¹ em que foram analisados dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq relativos aos grupos que registraram linhas de pesquisa na área da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nesse artigo, foram identificados, entre outros aspectos, a natureza recente e ainda restrita da produção vinculada à SAN: poucos grupos, em geral ainda com baixo dinamismo e consolidação, excessivamente concentrados na região Sudeste, e com predomínio de agendas especializadas. Entre os debatedores do artigo, Anjos e Burlandy¹² ressaltaram limitações potenciais dessa base de dados, tendo em vista a falta de padronização da indexação (os descritores são selecionados pelos próprios pesquisadores).

Neste aspecto particular, sugiro que a utilização de métodos e técnicas bibliométricas, cada vez mais potencializados com o uso da Internet, seriam capazes de gerar dados empíricos úteis para a continuidade das investigações pretendidas, com a exploração de variados subconjuntos: por exemplo, as 49 publicações com títulos contendo palavras relacionadas à Nutrição e Ali-

mentação e mencionadas na lista Qualis/Saúde Coletiva da Capes; os periódicos e anais de congressos mais especificamente voltados para a Saúde Coletiva; e as dissertações e teses de programas de pós-graduação.

Neste debate do texto de Bosi e Prado¹, sinto-me instado a registrar importantes contribuições que vêm sendo fornecidas por epidemiólogos brasileiros para a constituição desse campo (historicamente, as investigações lideradas por Goldberger^{13,14} sobre a etiologia da pelagra foram pioneiras quanto ao escopo amplo pretendido para o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva – abrangendo de ensaios clínicos ao estudo da economia agrícola vigente no sul dos EUA, na segunda década do século passado). Isso porque essa contribuição é aparentemente subestimada pelas autoras, que enfatizam (equivocadamente, a meu ver) uma disjuntiva entre “dois polos” na Saúde Coletiva: um voltado para a “esfera conceitual” do “pensar a saúde”, com “paradigma social” (equalizado pelas autoras às Ciências Sociais), em embate com outro, “empírico”, voltado para a “quantificação”, “distante de reflexões teóricas”, em busca de “racionalidade neutra”, “naturalizante”: um “paradigma biológico”, enfim, associado pelas autoras à Epidemiologia. Porém, o mencionado “cenário de embates que marca a Epidemiologia” não corresponde à realidade da disciplina há bastante tempo. Fundamentalmente, isso não constitui força motriz digna de nota, em razão da marcha de acontecimentos de todo tipo, e do amadurecimento teórico e metodológico de numerosos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação em Epidemiologia, no Brasil e em muitos outros países. Em suma, consideramos as imagens que as autoras nos apresentaram sobre a Epidemiologia brasileira como datadas, desfocadas e captadas de ângulo restrito.

Segue meia dúzia de exemplos, selecionados apenas para ilustrar o argumento anterior. Monteiro *et al.*¹⁵ analisaram as mudanças no padrão de desigualdades sociais no estado nutricional de crianças brasileiras em período superior a três décadas. Bezerra e Sichieri¹⁶, também via análise de dados secundários, investigaram características do hábito alimentar de fazer refeições fora de casa. Chor *et al.*¹⁷ pesquisaram os gradientes étnico-raciais de ganho de peso na idade adulta, e o grau em que tais gradientes podem ser explicados por circunstâncias socioeconômicas de origem e de destino. Horta *et al.*¹⁸ analisaram a influência intergeracional (*i.e.*, no peso ao nascer da prole) do ganho de peso na infância. Lopes *et*

*al.*¹⁹ verificaram o grau em que instrumentos de aferição de consumo alimentar devem passar por calibração específica para aplicação em idosos. Barreto *et al.*²⁰ detectaram impacto benéfico da suplementação de vitamina A sobre a severidade dos episódios diarreicos na infância.

Essa riqueza analítica na abordagem de problemas de suma relevância, via exploração dos bancos de dados secundários, e via condução de estudos metodológicos, observacionais e experimentais, pode ser confirmada pelo exame dos conteúdos abarcados pela coletânea *Epidemiologia nutricional*¹, publicada em 2007: integrantes de grupos de pesquisa sediados em ao menos 15 diferentes instituições públicas coautoram capítulos que abrangem temas metodológicos, e.g. relativos à aferição e à análise de características antropométricas e nutricionais; problemas de saúde pública, e.g. aqueles relacionados à desnutrição e à obesidade; considerações sobre políticas públicas no campo; e debate de temas de fronteira do conhecimento científico, e.g. os efeitos de longo prazo da nutrição na infância, ao longo do ciclo de vida, e via epigênese transgeracional.

Há, portanto, campo fértil para a Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva, que vem se beneficiando de conjunturas históricas, políticas, institucionais e acadêmicas mais favoráveis do que aquelas vigentes à época da constituição inicial da Saúde Coletiva brasileira.

Referências

1. Bosi MLM, Prado SD. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: constituição, contornos e estatuto científico. *Cien Saude Colet* 2010; 16(1):7-17.
2. Bleich SN, Cutler D, Murray C, Adams A. Why is the developed world obese? *Annu Rev Public Health* 2008; 29:273-295.
3. Taubes G. *Good calories, bad calories: fats, carbs, and the controversial science of diet and health*. New York: Anchor Books; 2007.
4. Monteiro CA. Nutrition and health: the issue is not food, nor nutrients, so much as processing. *Public Health Nutr* 2009; 12(5):729-731.
5. Turnbaugh PJ, Hamady M, Yatsunencko T, Cantarel BL, Duncan A, Ley RE, Sogin ML, Jones WJ, Roe BA, Affourtit JP, Egholm M, Henrissat B, Heath AC, Knight R, Gordon JI. A core gut microbiome in obese and lean twins. *Nature* 2009; 457(7228):480-484.
6. Blaser MJ. Who are we? Indigenous microbes and the ecology of human diseases. *EMBO reports* 2006; 7(10):956-960.
7. Koehly LM, Loscalzo A. Adolescent obesity and social networks. *Prev Chronic Dis* 2009; 6(3) [acessado 2010 jul 31]. Disponível em: http://www.cdc.gov/pcd/issues/2009/jul/08_0265.htm
8. Schlosser E. *Fast food nation: the dark side of the all-American meal*. New York: Harper Collins; 2001.

9. Pollan M. *In defense of food: an eater's manifesto*. New York: The Penguin Press; 2008.
10. Pollan M. The food movement, rising. *The New York Review of Books* 2001; May 20.
11. Prado SD, Gugelmin AS, Mattos RA, Silva JK, Olivares PSG. A pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil de 2000 a 2005. *Cien Saude Colet* 2010; 15(1):7-18.
12. Anjos LA, Burlandy L. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. *Cien Saude Colet* 2010; 15(1):19-22.
13. Goldberger J, Wheeler GA, Sydenstricker E. A study of the relation of family income and other economic factors to pellagra incidence in seven cotton-mill villages of South Carolina in 1916. *Public Health Reports* 1920; 35:2673-2714.
14. Morabia A. Joseph Goldberger's research on the prevention of pellagra. *J R Soc Med* 2008; 101:566-568.
15. Monteiro CA, Benicio MH, Conde WL, Konno S, Lovadino AL, Barros AJ, Victora CG. Narrowing socioeconomic inequality in child stunting: the Brazilian experience, 1974-2007. *Bull World Health Organ* 2010; 88(4):305-311.
16. Bezerra IN, Sichieri R. Characteristics and spending on out-of-home eating in Brazil. *Rev Saude Publica* 2010; 44(2):221-229.
17. Chor D, Faerstein E, Kaplan GA, Lynch JW, Lopes CS. Association of weight change with ethnicity and life course socioeconomic position among Brazilian civil servants. *Int J Epidemiol* 2004; 33(1):100-106.
18. Horta BL, Gigante DP, Osmond C, Barros FC, Victora CG. Intergenerational effect of weight gain in childhood on offspring birthweight. *Int J Epidemiol* 2009; 38(3):724-732.
19. Lopes AC, Caiaffa WT, Mingoti SA, Lima-Costa MF. The Bambui Health and Aging Study: is calibration of dietary intake necessary among older adults? *J Nutr Health Aging* 2004; 8(5):368-373.
20. Barreto ML, Santos LM, Assis AM, Araújo MP, Farenzena GG, Santos PA, Fiaccone RL. Effect of vitamin A supplementation on diarrhoea and acute lower-respiratory-tract infections in young children in Brazil. *The Lancet* 1994; 344(8917):228-231.
21. Kac G, Sichieri R, Gigante DP, organizadores. *Epidemiologia nutricional*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Atheneu; 2007.

As autoras respondem

The authors reply

Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: autonomia científica, lugares institucionais e pluralidade epistemológica

Food and Nutrition in Public Health: scientific autonomy, institutional places and epistemological pluralism

Gratifica-nos constatar – após a ausculta dos três principais núcleos de saberes que compõem o campo da Saúde Coletiva, expressos nas palavras de eminentes pesquisadores, quase todos também inseridos em programas de formação e pesquisa no campo da Alimentação e Nutrição – que o texto apresentado para debate, nas palavras e expressões dos quatro comentaristas, com as quais compomos uma espécie de mosaico, constitui-se em: **uma bem-vinda, instigante e necessária discussão sobre o processo de constituição e contornos (tanto os existentes como os desejáveis) daquela área de interseção, em seu caráter intrinsecamente multidisciplinar na origem**, e que o esforço tenha correspondido ao que se vislumbra no **panorama dos desafios e das perspectivas** que se nos colocam.

Fascinante notar que, embora produzidos isoladamente, os textos dos debatedores dialogam entre si, trazendo à luz, de forma vívida, consensos e tensões aí presentes, muitos dos quais por nós assinalados no texto comentado, fato que se evidencia nas distintas e, por vezes, opostas posições assumidas, realçando, assim, a oportunidade e a propriedade do debate proposto e, pelo visto, já em curso.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi o fato de muitas das questões abordadas e, portanto, valorizadas pelos debatedores constarem nos quase 40 mil caracteres suprimidos da versão original do artigo submetido ao debate, tendo em vista as normas da revista, aspecto que não impediu que o exercício prosseguisse até podermos delinear e mais bem situar a questão. Os ricos e variados comentários recebidos geram, assim, um espaço para recuperar e recompor, ainda que em parte, o texto original, já que o espaço da réplica tampouco permite percorrer ponto por ponto cada contribuição recebida, conforme seria o nosso desejo. Assim, selecionamos alguns aspectos que julgamos de fundamental importância esclarecer, ao tempo que evidenciaremos confluências entre autoras e debatedo-

res, no que deve constituir uma agenda de discussão concernente ao objeto em tela.

Primeiramente, ainda que com foco mais dirigido a questões internas aos campos, reiteramos nosso entendimento – que julgávamos ter deixado claro – de que é fundamental que **conexões necessárias com problemas substantivos** devam estar necessariamente presentes em qualquer discussão consequente sobre campo científico. Daí o diálogo com Bourdieu ao longo da nossa exposição; quanto a isso é importante mencionar que, ao empregarmos o termo-conceito “paradigma”, a intenção foi mais no sentido de situá-lo ante inúmeras e problemáticas interpretações correntes, o que inclui o seu emprego impreciso na própria obra de Thomas Kuhn, e retirá-lo do senso comum, dada a proliferação de discursos que incorporam o termo sem nenhuma demarcação ou alusão à sua origem. Contudo, melhor seria, talvez, empregarmos a expressão **matriz disciplinar**; tal como um dos comentários faz uso, de modo a não sugerir como intenção **invocar uma explicação sobre a constituição dos dois campos a partir de entrincheiramentos paradigmáticos**, o que, com efeito, não foi nosso intuito, uma vez que os conceitos de campo e de núcleos de saberes é que serviram de guia (fio condutor) para nossa análise. De qualquer forma, parece-nos útil acrescentar, enfatizando, a importância de nos afastarmos de leituras que considerem os núcleos de saberes como formações homogêneas, **uma vez que ambos os campos e suas respectivas subdivisões estão atravessados por múltiplas vertentes, eventualmente mais conflitantes internamente do que no diálogo com outras disciplinas dos respectivos campos**.

Outro ponto importante a ressaltar – e, certamente, a nota de maior relevância neste momento – é que, neste artigo, partimos da constatação de que a **escassez da tematização pública dos espaços de embate entre as opiniões-doxa divergentes**¹ é identificada na literatura brasileira correlata. É dessa perspectiva que visitamos a Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva, considerando para tal os distintos núcleos de saberes que a constituem.

Buscando prosseguir nessa trilha de **crítica às instituições e práticas de saúde, desenvolvidas no estado capitalista**, conforme reconhecido, cabe sustentar nossa recusa em assumir o caráter **datado, desfocado, e captado de ângulo restrito** no que concerne à nossa análise relativa ao enfoque epidemiológico, tal como assinalado em outro comentário, registrando uma interessante polarização nas leituras. Claro está, supomos, que

nosso artigo está **focado** na reflexão crítica de **problemas substantivos**, mas – e a ressalva é importante – relacionado à “ciência histórica e socialmente contextualizada”, numa perspectiva bem mais **ampla** e profunda que aquela que se restringe ao debate acerca de teorias e métodos específicos de determinado núcleo de saberes. Essa, sim, captada de um **ângulo** [bastante] **restrito**, já que confunde (reduzindo) o método e técnica. Problemas substantivos esses que, como tal, **não são datados** – haja vista virem se manifestando desde os primórdios da Modernidade – período em que paulatinamente vai se configurando a hegemonia dos estudos fundados no experimentalismo (portanto, na empiria) de cunho universalista e que advogam uma única forma de fazer ciência – prevendo-se esse predomínio até um futuro tão distante quanto a fragilidade da crítica reflexiva possibilitar.

Nada mais alheio a nossas intenções que negar a potência do referencial epidemiológico e suas contribuições. Não obstante, é absolutamente urgente assumir os seus limites, até mesmo para potencializar e atualizar o lugar desse referencial no campo. Isso justamente porque persistem lacunas importantes de conhecimento acerca do papel de vários **determinantes proximais e distais** em sua rede causal complexa, que incluem, evidentemente, estrutura e sujeito, consoante a interessante alusão de outro comentário à noção de **construção do processo saúde-doença**. Assim, a contribuição da epidemiologia nem mesmo **aparentemente** foi por nós subestimada, já que, da mesma forma, procuramos analisar os demais núcleos: não se questiona o seu amadurecimento teórico e se aponta até uma excessiva sofisticação tecnológica; o que se quer sublinhar é a ausência do que poderíamos demarcar como uma “Epistemologia da Epidemiologia” que, salvo algumas exceções dignas de nota e amplamente reconhecidas, está por ser feita, cedendo espaço para a “tecnologia da Epidemiologia”, cujo valor reconhecemos, como também seus limites. Limites que não se resolvem com a mera expansão dos objetos de investigação, mas com a já mencionada reflexão crítica. O trecho que segue, transcrito de um dos comentários, esclarece nossa posição: **a pesquisa em epidemiologia no Brasil avança enormemente, em consonância com o aprimoramento no manuseio e no uso das técnicas de pesquisa. Embora muitos pesquisadores brasileiros sigam levando em conta as questões relevantes para as políticas de saúde no Brasil, na hora de definir seus objetos de investigação, a epidemiologia passa, agora sim, a assumir uma pers-**

pectiva de ciência mais neutra, com aspirações à universalidade, e pensada em uma dimensão de escala mundial. [...] uma visão tradicional da ciência, buscando produzir um conhecimento neutro, objetivo (visto como o que corresponde à realidade), para uma comunidade de pares no cenário internacional.

Em outras palavras, é na esfera da crítica a certa racionalidade científica – que, com significativa frequência e no afã do desenvolvimento de artefatos técnicos cada vez mais sofisticados, não se faz acompanhar pelo mesmo investimento na reflexão epistemológica e suas inerentes implicações para o mundo da vida²⁻⁸ – que advogamos pela necessidade de tais reflexões. Ao fazê-lo, apostamos no enfrentamento de certas contradições, acreditando, como supõe uma perspectiva dialética e histórica consoante os campos aqui tratados, ser possível alcançar sua superação: um *dever de cooperação bem mais intensa* entre campos de conhecimento que, sem negar o alcance de cada um deles, possibilite mais bem *compreender e atuar de modo mais efetivo* através da produção de *conhecimento relevante que se origine tanto das ciências biomédicas como das ciências sociais*.

Longe de considerar isso mera utopia, no atual estado da arte, já se localizam alguns estudos em andamento⁹ ou publicações que partindo de dados secundários diversos e considerando, evidentemente, suas limitações – afinal, qual base de dados não as tem? – visam discutir a pesquisa brasileira voltada para fenômenos culturais presentes na alimentação¹⁰ ou alimentação e nutrição de povos indígenas¹¹ ou o conjunto dos estudos brasileiros no campo alimentar¹² e nutricional¹³. Trata-se, predominantemente, de estudos de base empírica que, parafraseando Vasconcellos-Silva e Castiel¹, partem de um explícito ponto de vista e um *dever* situados no plano da *reflexão crítica de base dialética que busca, no exercício da discussão e do dissenso, a consideração da doxa (opinião que nos distanciaria da verdade) e da episteme (conhecimento ou verdade)*.

Feitos esses esclarecimentos, dirigimo-nos aos agentes – que não chamaríamos de *externos* haja vista que a noção de interno e externo é problemática, dada a autonomia do campo científico, tão bem assinalada por Bourdieu – corporificados *nas agências de fomento à pesquisa e formação pós-graduada no país (especialmente CNPq, Capes e FAPs estaduais)* – para afirmar, agora concordando, que os lugares institucionais hoje destinados ao campo alimentar-nutricional ainda não refletem a existência de *suficiente arcabouço teórico e metodológico nas ciências da Ali-*

mentação e Nutrição para a sua autonomia institucional, o que se comprova pelas publicações científicas, cursos de graduação, especialização e pós-graduação, revistas especializadas, associações de classe, congressos. Nesse sentido, colocamos, a título de ilustração dos problemas substantivos a serem enfrentados por ambos os campos: (1) a diade “Saúde Coletiva e Nutrição” como espaço de avaliação e distribuição de recursos no CNPq; e (2) a posição de subordinação do campo Alimentação e Nutrição à Medicina II na Capes, que derivam, respectivamente, da justaposição equivocada de campos distintos ou da assunção de um determinado campo como subespecialidade de outro, com evidentes consequências nos planos conceitual e material.

Sem descartar as inúmeras possibilidades de aproximações e interações entre AN e SC, a garantia institucional de autonomia de um campo científico, com a criação de área especificamente dirigida para a Alimentação e Nutrição, vem se constituindo em ideia-força no interior do Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição, apoiado por várias entidades, entre as quais a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), através do seu Grupo de Trabalho ANSC. Observamos, com base no exposto ao longo dos textos que compõem este debate, que esta construção institucional deve ter sempre em conta o olhar ampliado da crítica aos referenciais mais gerais que marcam o fazer científico. Considerando que o investimento em distintos projetos em disputa pela hegemonia¹⁴ pouco auxilia, ou melhor, prejudica largamente a construção de perspectivas de cunho democrático no âmbito da geração de conhecimento e formação de pesquisadores, propugnamos que o respeito e valorização da pluralidade epistemológica na ciência, nos campos científicos e em seus núcleos internos de saberes é pacto que necessita ser firmado. E a justificativa figura em um dos instigantes comentários que precedem esta réplica, que por sua precisão e clareza retomamos e com ele finalizamos, deixando-o como reflexão ou inspiração para novos contornos e devires: *se ela [Alimentação e Nutrição] mantiver de modo radical o pluralismo epistemológico da Saúde Coletiva, se sustentar as práticas de diálogo entre as diferentes vertentes teórico-metodológicas no seu interior (o que já vem fazendo), e se assumir a perspectiva de produção implicada (o que também pode encontrar na área vários exemplos), poderá contribuir muito para a construção de uma vida digna para nosso povo.*

Agradecimentos

Por oportuno, gostaríamos de agradecer à Coordenação Geral de Políticas de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde e ao Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição da Região Sudeste da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, por seu apoio no que concerne à infraestrutura indispensável para o desenvolvimento deste trabalho. Registramos também nossos agradecimentos pelo apoio financeiro recebido do CNPq. Somos profundamente gratas também à Conceição Ramos de Abreu e à Ana Silvia Gesteira, esteio fundamental na fase final de organização dos textos.

Referências

1. Vasconcellos-Silva PR, Castiel LD. Proliferação das rupturas paradigmáticas: o caso da medicina baseada em evidências. *Rev Saude Publica* 2005; 39(3):498-506.
2. Bagrichevsky M, Castiel LD, Vasconcellos-Silva PR, Estevão A. Discursos sobre comportamento de risco à saúde e a moralização da vida cotidiana. *Cien Saude Colet* 2010; 15(Supl.1):1699-1708.
3. Bagrichevsky M, Estevão A, Vasconcellos-Silva PR, Castiel LD. Estilo de vida saludable y sedentarismo en investigación epidemiológica: cuestiones a ser discutidas. *Salud Pública Méx* 2007; 49(6):387-388.
4. Castiel LD. Conflitos, interesses e alegorias: o caso SB Brasil 2003. *Cad Saude Publica* 2010; 26(4):660-662.
5. Almeida Filho N, Ayres JR. Riesgo: concepto básico de la epidemiología. *Salud Colectiva* 2009; 5(3):323-344.
6. Ayres JRCM. Para comprender el sentido práctico de las acciones de salud: contribuciones de la Hermenéutica Filosófica. *Salud Colectiva* 2008; 4(2):159-172.
7. Ayres JRCM. Risco, razão tecnológica e o mistério da saúde. *Interface (Botucatu)* 2007; 11(21):154-158.
8. Ayres JRCM. Uma concepção hermenêutica de saúde. *Physis* 2007; 17(1):43-62.
9. Prado SD. *A pesquisa sobre Alimentos, Alimentação e Nutrição no Brasil: reflexões sobre a produção de conhecimento e saberes* [projeto de pesquisa]. Rio de Janeiro: Instituto de Nutrição, Uerj; 2005.
10. Silva JK, Prado SD, Carvalho MCVS, Ornelas TFS, Oliveira PF. Alimentação e Cultura como campo científico no Brasil. *Physis* 2010; 20(2):413-442.
11. Gugelmin AS, Ferreira AA, Leite MS. A pesquisa sobre alimentação e nutrição de povos indígenas do Brasil: uma análise a partir do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq; 2009. (mimeo).
12. Prado SD, Bosi MLM, Carvalho MCVS, Gugelmin SA, Silva JK, Delmaschio KL, Martins MLR. A pesquisa sobre alimentação no Brasil: sustentando a autonomia da Alimentação e Nutrição como campo científico. *Cien Saude Colet* 2010; 16(1):107-119.
13. Delmaschio KL, Prado SD, Carvalho MCVS, Gugelmin SA, Silva JK, Martins MLR. *A pesquisa sobre Alimentos, Alimentação e Nutrição no Brasil* [projeto de pesquisa]. Rio de Janeiro: Instituto de Nutrição, Uerj; 2009.
14. Gramsci A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2000.